

KUPFER, D. A saúde norueguesa. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 16/09/2009.

---

## **A saúde norueguesa**

16/09/2009

Em sua coluna desse último domingo, publicada em diversos jornais país afora, Luis Fernando Veríssimo escreveu, com o notável discernimento que lhe é habitual, que os brasileiros não entendem esse debate sobre o pré-sal: "...o leigo - na sua ingenuidade - não está entendendo essa discussão sobre o controle estatal do petróleo do pré-sal e o destino a ser dado ao produto da sua exploração, como se não estivesse na cara o que precisa ser feito".

Não há dúvida que é grande a complexidade técnica da economia do petróleo, ainda mais quando o que está em campo é a exploração do pré-sal, para a qual não existem premissas ou precedentes suficientes para balizar adequadamente análises e proposições. Não por isso o debate sobre o pré-sal deve ficar restrito aos poucos iniciados na indústria do petróleo e seria ótimo que assim fosse pois o que fazer com o pré-sal é, acima de tudo, uma decisão política.

Todos sabem que o petróleo não pode ser tratado como uma mercadoria qualquer. É necessário encará-lo simultaneamente como um produto, um processo e um ativo. Como produto, o petróleo apresenta uma dimensão de economia mercantil, a mais visível, na qual as variáveis centrais estão relacionadas a preços, quantidades, receitas, lucros etc. Como processo, o petróleo suporta uma dimensão de economia industrial, na qual os elementos relevantes estão nos encadeamentos e transbordamentos produtivos e tecnológicos que as enormes escalas operacionais da atividade promovem em matéria de desenvolvimento de um sem-número de cadeias produtivas de bens e serviços. E, finalmente, como ativo, o petróleo ancora uma dimensão de economia política, centrada em variáveis macroeconômicas e geopolíticas, com tantas implicações estratégicas que não é possível sequer enumerá-las no espaço desta coluna.

Pelo exposto, ficam evidentes os erros de foco no debate que se estabeleceu em torno do modelo regulatório para o pré-sal recém-proposto pelo governo.

Parece evidente que, ao entrar no clube dos países detentores de grandes reservas de petróleo, o Brasil precisa encontrar um novo desenho para esse marco regulatório, pois o modelo atual de concessão pode ter sido satisfatório para dar suporte ao esforço de descoberta de petróleo mas certamente não o será para sustentar a exploração das imensas jazidas encontradas. E isso porque o novo modelo precisa dar conta e articular as três dimensões acima mencionadas, e o modelo atual pouco ou nada trata da economia industrial e da economia política do petróleo.

Particularmente desfocado é o debate que se estabeleceu em torno da economia industrial do pré-sal, no qual o fantasma da doença holandesa foi posto no centro das atenções, como se a "maldição dos recursos naturais" fosse uma fatalidade inexorável. Em si

[Digite aqui]

mesmos, recursos naturais podem ser tanto maldição quanto bênção. Para atestar esse resultado, basta um exercício tão simples como o de comparar a evolução do PIB per capita de Noruega e México que, com notável sincronia, desde fins dos anos 1960 até o presente, descobriram, desenvolveram e agora veem o amadurecimento de suas indústrias do petróleo. De acordo com a base de dados do Groningen Growth and Development Centre (disponível em [ggdc.net](http://ggdc.net)), medido em valores PPP constantes de 2008, nos 20 anos entre 1950 e 1970 a Noruega experimentou um crescimento acumulado do PIB per capita de 85%, enquanto o México não ficou atrás, tendo conseguido uma expansão de 83%. Porém, nos 20 anos seguintes, exatamente os que coincidiram com a expansão e auge petrolífero desses dois países, os ritmos de geração de riqueza divergiram profundamente: o crescimento acumulado do PIB per capita norueguês foi de 84% enquanto o do México não atingiu sequer a metade desse valor, limitando-se a raquíticos 41%.

Como sempre ocorreu na história das nações, a linha divisória que separa uma situação da outra é traçada pela qualidade das instituições, aí incluída a competência política para criá-las. Na questão do pré-sal, o Brasil conta com um ponto de partida extremamente favorável devido a dois diferenciais muito significativos. O primeiro, que configura uma enorme vantagem em relação a outros países em desenvolvimento que experimentaram auge petrolífero no passado, é que o país já dispõe de uma base industrial ampla e diversificada. Especialmente, ao lidar muito diretamente com a indústria metalmeccânica, na qual o Brasil, embora longe de ser uma potência, acumula competências não desprezíveis, o pré-sal poderá trazer novos patamares de demanda que incentivem esses segmentos a darem um salto qualitativo em direção à fronteira internacional. Adicionalmente é enorme o potencial que a exploração de petróleo em águas ultra-profundas traz para as indústrias de maior conteúdo tecnológico em vista da necessidade de pesquisar e desenvolver soluções em uma ampla gama de segmentos produtores de bens e serviços de alta tecnologia. Justamente com relação a esse aspecto, ganha importância o segundo diferencial: o fato de que à frente da exploração do pré-sal está a Petrobras, empresa que no momento é a líder mundial no desenvolvimento tecnológico em águas profundas e que já é a principal operadora nesse tipo de atividade. Esse é um diferencial que confere uma vantagem ao Brasil até mesmo na comparação com alguns países que já eram desenvolvidos quando entraram na indústria do petróleo, como foi o caso da Noruega.

Assim como o debate sobre o gasto público (mal) feito na última refrega presidencial em 2006, a discussão sobre a questão do pré-sal também está enveredando pelo mesmo caminho da desinformação assimétrica. Nove fora o otimismo grandiloquente do governo e o pessimismo invejoso da oposição, o pré-sal é efetivamente uma grande oportunidade para o Brasil rumar em direção a novas condições macro e microeconômicas que permitam mesclar crescimento acelerado com mudança estrutural, razão pela qual o ponto central do debate deveria girar em torno das opções concretas para viabilizar essa trajetória. O desafio, portanto, está em fazer o país pensar o longo prazo, algo que não ocorre há mais de 30 anos. Mas isso os leigos já sabem.